

Congresso deve assumir seu papel, diz Garibaldi ao abrir ano legislativo

Após constatar que as funções do Legislativo têm sido sistematicamente usurpadas por outros Poderes – “na maioria das vezes por omissão dos parlamentares” –, presidente do Senado propõe mudanças no exame de MPs e outras matérias



Fotos: Moreira Mariz

Garibaldi Alves (C), em discurso na abertura do ano legislativo, é observado por Osmar Serraglio (E), Dilma Rousseff, Arlindo Chinaglia, Ellen Gracie, Efraim Morais e Narciso Rodrigues

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, propôs ontem que o Congresso se livre do “infame estoque” de vetos presidenciais não apreciados e deixe a condição de “quarto de despejo de um presidencialismo de matiz absolutista”, diante de excesso na edição de medidas provisórias (MPs). Para resgatar o papel do Legislativo, ele sugeriu mudanças no exame de vetos e MPs e mesmo no relacionamento entre o Senado e a Câmara dos Deputados. **Páginas 2 e 3**



Parlamentares e convidados participam da abertura dos trabalhos do Legislativo, no Plenário da Câmara dos Deputados

Pauta de terça inclui redução da maioria penal

Primeira sessão deliberativa do Senado neste ano tem 49 propostas na ordem do dia, mas há outras 150 aguardando votação. **Página 4**



Líder do governo propõe CPI para investigar cartões corporativos

Apuração abrange os últimos dez anos, o que alcança o governo Fernando Henrique Cardoso. **Página 4**

Solenidade de abertura do ano legislativo tem discursos de Garibaldi Alves e Arlindo Chinaglia, além de leitura das mensagens dos Poderes Executivo e Judiciário

Defesa do Congresso e mensagens marcam início dos trabalhos

Sessão solene do Congresso Nacional dirigida pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, marcou na tarde de ontem a abertura da 2ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura. A cerimônia contou com a presença da chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, e da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, além de outras autoridades. Em seu discurso, Garibaldi defendeu o saneamento ético das práticas políticas no Brasil e a retomada das atribuições legisladoras originais da Câmara e do Senado.

Ellen Gracie, primeira a usar a palavra, fez a leitura da mensagem do Judiciário, em que destacou o diálogo desse Poder com o Congresso, e comentou a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para a magistrada, o conselho é importante para o planejamento estratégico do Judiciário.

Já a mensagem do presidente da República destaca avanços na economia, a criação de milhões de empregos e os planos de investimentos em educação, segurança

e infra-estrutura. O documento foi lido pelo 1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Osmar Serraglio. Na mensagem, Lula lamenta o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Por sua vez, o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, ressaltou a importância do Congresso para o aperfeiçoamento da democracia e a necessidade de “encontrar uma solução para o subfinanciamento” do Sistema Único de Saúde (SUS) e um novo ordenamento para a tramitação das medidas provisórias.

O início da cerimônia foi marcado pelo hasteamento da Bandeira Nacional e uma salva de tiros de canhão, no gramado em frente ao Congresso. Após passar em revista a tropa, Garibaldi Alves recebeu a presidente do STF e o presidente da Câmara. No Plenário da Câmara, a sessão teve início com a execução do Hino Nacional. Também compuseram a mesa o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), e o 1º vice-presidente da Câmara, Narcio Rodrigues.



No Plenário da Câmara, lotado de parlamentares e convidados, Garibaldi Alves (C), na mesa, preside sessão solene do Congresso Nacional

Ellen Gracie destaca medidas para acelerar ação da Justiça

Na mensagem ao Congresso Nacional, a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Ellen Gracie, afirmou que o Judiciário vem acelerando a implantação de varas virtuais (inclusive com o uso da internet), incentivando a conciliação entre as partes e ampliando o trabalho dos juizados especiais (justiça de pequenas causas). Esses três caminhos vêm contribuindo para desafogar a Justiça do país.

Segundo a ministra, os juizados especiais, onde correm mais de 9 milhões de processos estão à frente na automação. Cabe a esses juizados o exame de casos mais simples, com pouco formalismo, menor custo e rápida decisão. Ellen Gracie informou que, até o final do mês, 24 tribunais de Justiça já terão implantado o sistema de varas-piloto, com processos eletrônicos. Ela também enalteceu o sistema de conciliação, fundamental para reduzir o congestionamento do Judiciário.

Ellen Gracie observou que o Judiciário federal tem a melhor relação custo-benefício do serviço público brasileiro, tendo carreado ao cofres do Tesouro Nacional mais dinheiro do que gastou no seu funcionamento. Isso graças às execuções fiscais e recolhimento automático de valores.

Chinaglia defende novas regras para exame de MPs

Ao discursar na sessão solene, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, ressaltou o fortalecimento da democracia brasileira ocorrido nos últimos anos. Segundo ele, a democracia representativa do Brasil está consolidada, mesmo enfrentando grandes desafios na viabilização das demandas sociais.

Chinaglia defendeu novas regras para análise de medidas provisórias pelo Congresso. Atualmente, tramitam na Câmara cerca de 30 propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre o assunto – todas pensadas à PEC 511/06, já aprovada no Senado.

Chamando atenção para a importância do Congresso como instância fundamental à afirmação da soberania popular, Chinaglia fez um balanço das atividades da Câmara em 2007. Entre os resultados alcançados, ele mencionou a redução total de gastos de R\$ 146,6 milhões, em função da extinção de cargos, cortes de horas extras e diminuição de despesas de custeio.

O presidente da Câmara considerou como principais temas a serem trabalhados pelos parlamentares neste ano a expansão e formalização de empregos, a melhoria do sistema educacional, a segurança pública, a proteção ao meio ambiente e o sistema de saúde.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão não-deliberativa

A sessão de hoje, às 14h, é destinada a pronunciamentos dos senadores. De caráter não-deliberativo, não tem votações de projetos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF, CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão solene de ontem do Congresso Nacional foi presidida por Garibaldi Alves Filho

Presidente do Senado promete apresentar sugestões concretas a respeito de pontos-chave na relação entre os Poderes, como vetos e deliberação sobre MPs

Congresso tem que assumir seu papel, afirma Garibaldi

No discurso de abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, conclamou o Congresso Nacional a assumir suas prerrogativas constitucionais para “tirar o país do espaço da provisoriedade e inseri-lo no campo da permanência”. Na avaliação de Garibaldi, que propôs “saneamento moral da atividade política”, as funções do Legislativo têm sido sistematicamente usurpadas pelos outros Poderes – e na maioria das vezes por omissão dos parlamentares.

Ao lado da presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o presidente do Senado criticou o Executivo por “insistir na prática da edição desmesurada de medidas provisórias”, que freqüentemente, segundo ele, desrespeitam os critérios de relevância e urgência. Também citou o Judiciário.

– Não podemos admitir que, sob o argumento da ausência de

norma, o Judiciário extrapole sua missão constitucional e passe a operar uma agenda legislativa.

Para encaminhar uma proposta de solução para o que chamou de problema da provisoriedade, Garibaldi Alves disse que apresentará aos líderes das duas Casas duas sugestões concretas a respeito de pontos-chave na relação entre os Poderes – a deliberação das medidas provisórias e a apreciação dos vetos presidenciais.

Quanto às MPs, ele propôs, com o intuito de conferir celeridade ao processo legislativo, que o exame da admissibilidade seja feito não mais por uma comissão permanente, como ocorre atualmente, mas pelas Mesas – ora da Câmara, ora do Senado. No que se refere aos vetos, Garibaldi anunciou que pretende levá-los em breve à apreciação.

CPIs

Numa tarde em que o debate sobre a eventual instalação de uma CPI para investigar a utilização dos cartões corporativos tomou

Leopoldo Silva



Garibaldi (entre Chinaglia e Ellen Gracie): “É inadiável propormos medidas que levem ao saneamento ético da prática política e partidária”

conta do Congresso, Garibaldi condenou a banalização do recurso da comissão parlamentar de inquérito. Utilizadas em excesso, na avaliação do senador, as CPIs acabam funcionando como me-

das provisórias, já que também prejudicam a pauta legislativa e impedem a discussão de temas relevantes.

– A CPI não pode ser vulgarizada, mas valorizada. Não faço

referência a nenhuma comissão específica que esteja sendo cogitada, mas a oposição precisa entender que há um momento em que o interesse nacional se impõe – afirmou.

Destaques do discurso do presidente do Senado

Reflexão

Convido a todos a fazermos, juntos, a constatação de que o Congresso Nacional tem estado aquém das expectativas nacionais, embora nem sempre seja avaliado com justiça, quando se discute seu papel no quadro das instituições e seu relacionamento com os demais Poderes da República.

Domínio

A grande centralização de poder, com a União dominadora, poderosa em tudo e onipresente em toda parte, não dá margem a que o Congresso Nacional possa ser o equilíbrio da Federação, agindo para conter as desigualdades regionais e intervindo de forma a possibilitar aos estados e municípios maior e melhor atuação no trato de seus interesses peculiares e problemas específicos.

Medidas provisórias

Não é exagero afirmar que, a cada medida provisória editada sem os critérios de relevância e urgência, a Constituição é rasgada com desprezo. Sob tal pano de fundo, o que se distingue é um Congresso Nacional transformado em quarto de despejo de um presidencialismo de matiz absolutista.

Interpretação

A pretexto de ser interpretada a Constituição, os tribunais declaradamente avocam o poder de substituir o Congresso Nacional, transferindo para o debate jurídico o que deveria ser fruto do debate político, do confronto de opiniões divergentes, da busca do consenso e da final deliberação da maioria.

Usurpação

Não discuto a atribuição das cortes de interpretar o espírito constitucional em matéria política, mas não é possível admitir que, sob o argumento da ausência de norma, o Judiciário extrapole sua missão constitucional e passe a agir como legislador.

Insegurança

A verdade, porém, é que avança o governo do provisório, do efêmero, do contingente, do emergencial. De um lado, as leis não são leis, mas medidas provisórias, cuja precariedade é de sua própria essência. De outro, provimentos judiciais cautelares, de cuja substância é também o circunstancial, e não o definitivo, têm gerado perigosa insegurança jurídica na vida nacional.

Entrave

De fato, permanecemos convivendo com uma Constituição que perdeu

sua função primeira, depois de o país ter se livrado do autoritarismo político e da desordem econômica. É preciso adequá-la à nova realidade brasileira, que tem economia sólida e em expansão, com a abertura para o mundo globalizado, depois de estarmos domando o mal da inflação. Cumprir evitar que a Constituição se mantenha com regras que travam o processo em que o Brasil se está inserindo, já próximo de continuar a fazer essa inserção à revelia da própria Constituição e das leis.

Vetos

Temos, em infame estoque, centenas de vetos presidenciais não apreciados, e vindos de vários e antigos governos. Muitos certamente tratam de matérias já superadas, mas outros tantos darão oportunidade a que o Congresso reabra o debate e volte a participar efetiva e positivamente de decisões de grande interesse nacional. Como presidente do Congresso, pretendo chamar em breve os vetos à apreciação, e espero que isso dê ensejo para que temas de largo alcance sejam objeto de discussão fecunda e profícua.

Agilidade

Desde já, como contribuição ao debate, seria o caso de atribuir o exame da admissibilidade da medida provisória não a uma comissão permanente, mas às Mesas, ora

da Câmara, ora do Senado, dando assim maior agilidade ao processo decisório.

Inovação

Em tema de relacionamento entre a Câmara e o Senado, creio que devemos buscar corajosamente algumas inovações. O processo estancado de deliberação tem entravado em muito as decisões. Não creio que o sistema tradicional na República, de revisão das decisões de uma Casa pela outra, deva ser abolido simplesmente, mas penso que algumas matérias podem ficar a cargo só da Câmara, como muitas hoje já são só da atribuição do Senado.

Saneamento ético

É inadiável propormos à nação medidas que levem ao saneamento ético da prática política e partidária no Brasil.

Orçamento

Nada atinge mais de perto e mais de frente a independência do Parlamento, e corrói de forma tão intensa a grandeza moral que deve nortear nossa ação, quanto o esmolar a que somos submetidos para liberar as emendas orçamentárias de interesse público para nossos estados e municípios. Pior que tudo, esse interesse público termina confundido com vantagem

referência a nenhuma comissão específica que esteja sendo cogitada, mas a oposição precisa entender que há um momento em que o interesse nacional se impõe – afirmou.

Controle

Com a estabilidade econômica, é perfeitamente possível termos um Orçamento mais impositivo, de forma que o Congresso, cuja origem na vida das nações civilizadas decorreu da necessidade do controle dos tributos e dos gastos públicos, volte a assumir o verdadeiro papel que é seu.

Partidos

O sistema partidário brasileiro clama por profunda alteração. É um sistema perniciosamente híbrido, ao mesmo tempo de liberdade e autonomia, mas também de imposições legais e controle judicial. Disso decorre que os partidos têm a oportunidade de tomar parte em uma farsa política, aparentando democracia interna para satisfazer à Justiça e à lei, mas praticando o mandonismo em nome da autonomia constitucionalmente assegurada.

Avanço político

Penso que só quando resolvidas essas duas questões básicas, democracia nos partidos e inelegibilidade dos moralmente inábeis, podemos avançar nos demais temas de aperfeiçoamento eleitoral e político, de acordo com as expectativas nacionais.

Proposta de comissão no Senado, que já conta com 31 assinaturas, pretende investigar também governo de Fernando Henrique Cardoso



Presidente da República ressalta solidez da economia e retomada do crescimento

Lula dará mais atenção a saúde, segurança e criança

Em mensagem encaminhada ontem ao Congresso Nacional e lida pelo 1º secretário do Congresso, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), na sessão solene de abertura da 2ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu “atenção redobrada” em 2008 para as áreas de segurança pública, educação e saúde. Lula também comemorou o “momento excepcional” da economia brasileira e listou o que considerou serem as principais realizações do seu governo.

Na mensagem presidencial, entregue pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, Lula lembra que o Brasil cresceu 5% no ano passado, com baixa inflação, e prevê que o resultado se repetirá em 2008, uma vez que os fundamentos econômicos “estão sólidos” e desfrutam de confiança interna e externa. O presidente ressalta que as reservas internacionais atingiram US\$ 180 bilhões em dezembro de 2007 e a balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 40 bilhões.

Lula afirma ainda na mensagem que o emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, assinala, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada e o desemprego tem diminuído de forma contínua. Além disso, acrescenta que a massa salarial cresceu 7% no ano passado.

Para a área de segurança pública, Lula prometeu estreitar a colaboração com os estados e destinar, até 2010, mais de R\$ 6 bilhões ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Em relação à saúde, ele lembrou que o PAC da Saúde poderá destinar até 2010 mais de R\$ 24 bilhões para o setor.

Governo propõe CPI dos cartões corporativos

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), protocolou na tarde de ontem, na Secretaria Geral da Mesa do Senado, requerimento para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar gastos com cartões corporativos e adiantamentos a funcionários do governo (as chamadas contas do tipo B). De acordo com o senador Renato Casagrande (PSB-ES), além de dar uma resposta política diante das denúncias de irregularidades nesses gastos, o governo colocasse como autor da proposta de investigação.

– A CPI mista [Senado e Câmara] seria uma CPI da oposição – explicou Casagrande, referindo-se ao requerimento proposto pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP).

Romero Jucá disse que o governo não está pretendendo neutralizar a CPI da oposição. Ao contrário, estaria propondo a investigação em um terreno – o Senado – onde afirma que há maior equilíbrio de forças entre governistas e oposicionistas.

A idéia apresentada pelo líder do governo, que já tem o apoio de 31 senadores, é investigar os gastos com cartões (consumo e saques em dinheiro) e os adiantamentos para posterior prestação de contas durante os últimos dez anos, o que alcança também o



Romero Jucá aproveitou sessão do Congresso Nacional para pedir apoio dos senadores à criação da CPI dos cartões corporativos

governo Fernando Henrique Cardoso.

– O governo não tem medo de investigar e o próprio presidente Lula autorizou o requerimento. O governo não ficará refém da oposição – frisou Jucá, que falou ainda da necessidade de se analisar o padrão dos gastos nesse período e, eventualmente, criar uma nova regra de utilização dos cartões e adiantamentos.

Por sua vez, o senador oposicionista Alvaro Dias (PSDB-PR), apesar de ter assinado o requerimento, questionou o formato

da CPI.

– Estão querendo fabricar uma enorme *pizza*. Toda CPI que quer abarcar o mundo com as pernas não chega a lugar nenhum – disse o senador paranaense, que também vai apresentar requerimento de informação junto à Mesa da Casa.

Em nota, distribuída após a sessão de abertura dos trabalhos legislativos, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), classificou a iniciativa do governo de “farsa”. Virgílio propõe que a oposição reúna-se na próxima segunda-feira

“para unificar as ações e combater e denunciar qualquer tentativa de fraudar as apurações”.

O PSDB anunciou ainda que ingressará no Supremo Tribunal Federal com duas ações: uma para que o governo informe quanto o atual líder da bancada gastou com cartão corporativo ao tempo em que exerceu o cargo de ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, entre novembro de 2001 e abril de 2002, e outra para que sejam abertas todas as despesas efetuadas com cartões corporativos.

Corregedor solicita informações de processos contra Lobão Filho

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), afirmou ontem que já determinou à secretaria-geral da Mesa, Cláudia Lyra, que envie ofício a autoridades para que remetam à Casa os processos em que o senador Edison Lobão Filho (DEM-MA) está sendo investigado. Lobão Filho é acusado da utilização de “laranjas” em empresa privada para fins de sonegação fiscal.

– É necessária principalmente a perícia no documento que teria sido falsificado com a assinatura de uma empregada doméstica – disse Tuma, para quem Lobão Filho tinha conhecimento sobre a falsificação do documento que envolve a suposta “laranja”.

Tuma disse ainda que Lobão Filho terá toda liberdade de apresentar aos colegas parlamentares

os esclarecimentos que julgar necessários, mas que, paralelamente a isso, será feita a investigação, à qual ele poderá dar sua justificativa por escrito ou em depoimento na Corregedoria da Casa.

Romeu Tuma ressaltou também que a alegação de Lobão Filho de que os fatos a ele imputados ocorreram antes de assumir o mandato de senador – em substituição ao pai, Edison Lobão, que deixou o cargo para assumir o Ministério de Minas e Energia – não procede.

– Se fosse assim, você teria que avisar a todos os brasileiros que estão em débito com a sociedade que eles têm um bom caminho para serem anistiados – disse o corregedor.

A posse de Lobão Filho ocorreu no último dia 30 de janeiro.

Na primeira sessão, pauta inclui questão da maioria penal

A primeira sessão do Senado destinada a votações neste ano, marcada para a próxima terça-feira, inclui 49 matérias, entre propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e requerimentos. Os projetos mais polêmicos reduzem a maioria penal de 18 para 16 anos. Outros 150 projetos já estão prontos para votação, mas ainda não foram incluídos na lista de votações do Plenário.

No caso da redução da maioria, constam da pauta seis propostas, apresentadas por senadores desde 1999. As duas últimas são de autoria dos senadores Magno Malta (PR-ES) e Papaléo Paes (PSDB-AP). Todas foram relatadas pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), que apresentou,

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), substitutivo concordando com a redução da maioria. No entanto, ele prevê que as pessoas com idade entre 16 e 18 anos só poderão ser responsabilizadas penalmente se laudo técnico, emitido por junta indicada por juiz, ateste que elas tinham plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.

Os senadores examinarão ainda na terça-feira proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), que prevê a votação de vetos presidenciais a projetos de lei de forma separada na Câmara e no Senado. Atualmente, existem no Congresso mais de 500 vetos à espera de votação.